

O plano de estabilização de Cardoso

por Claudia Safatle
de Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, anuncia hoje as bases do plano de estabilização, num gesto que é considerado, por muitos, como sua última cartada no governo Itamar Franco. O ministro acenará com uma nova realidade — uma moeda estável, um cruzeiro conversível. “Você vai ao banco e ele troca pela moeda que você quiser, a moeda tem crédito”, explicou o ministro aos sindicalistas, em reunião ontem à tarde.

Para chegar a esse patamar de um país sem inflação, no entanto, será absolutamente necessário viver no purgatório. Esse pressupõe a aprovação do pacote fiscal que o presidente da República deverá enviar hoje mesmo ao Congresso Nacional: uma emenda constitucional que cria o fundo — uma reserva social de emergência com a apropriação, pela União, de 15% de todas as receitas

fiscais do Orçamento; e eleva em 5% todas as alíquotas de impostos e contribuições federais.

Com essa emenda constitucional e os cortes de cerca de 43% nas despesas de outros custeios e capital, o Orçamento de 1994 estaria equilibrado, em termos operacionais.

Depois que o Congresso Nacional aprovar essa emenda constitucional, viabilizando, assim, o equilíbrio orçamentário, o ministro da Fazenda dirá que implementará um novo indexador na economia — uma unidade real de referência, que tentará retratar a inflação diária sem a inércia.

Fernando Henrique convidou para uma conversa, ontem, o ministro do Trabalho e da Administração, Walter Barelle, e os presidentes das centrais sindicais — Jair Meneguelli, da CUT; Luiz Antônio de Medeiros, da Força Sindical; e Canindé Pegado, da CGT. A eles o ministro da Fazenda disse que a adesão ao

novo indexador (possivelmente este chamará URR — Unidade Real de Referência) será voluntária, mas corrigirá todos os preços do governo: impostos, tarifas públicas e, possivelmente, os títulos federais.

Garantiu, também, que numa primeira etapa os salários serão preservados. A política salarial para o setor público e para os trabalhadores de empresas privadas permanecerá intacta. O plano, explicou aos sindicalistas, tem duas fases. A primeira, e mais difícil politicamente, é o ajuste fiscal; a segunda, que só acontecerá se houver a primeira, é a criação de “uma moeda que se valoriza todo dia”, como entendeu Medeiros, da Força Sindical.

Para Meneguelli, da conversa com o ministro apenas duas coisas estão garantidas. “O aumento dos impostos e a ‘garfada’ nos fundos”. Ontem Barelle soube de Fernando Henrique que também o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ficará 15% menor em 1994, para que, junto com os demais fundos constitucionais e receitas fiscais, em geral, forme a Reserva Social de Emergência.

O ministro não explicou como e em que momento o novo indexador se transformará em nova moeda. Cabe a Edmar Bacha, assessor especial do ministro da Fazenda, explicar tecnicamente a criação desse indexador e a sua conversão, no futuro, em moeda lastreada nas reservas cambiais. Todos saíram com muitas dúvidas. “Não vejo como esse sistema possa funcionar voluntariamente”, observou Willy Fischer, coordenador de relações institucionais da Força Sindical, que também estava presente à reunião.

Embora deva ser um índice inspirado na variação da taxa de câmbio, Bacha usou todo o tempo a expressão “Ufirização da economia” para sinalizar que seria como se todos estivessem indexados à Ufir diária. Na verdade, tal como a taxa de câmbio, esse indexador tentará espelhar a inflação corrente, sem os efeitos realimentadores da inércia. Fischer acha que será um indexador diário arbitrado pelo governo.

(Ver página 3)

ZETA MERCANTIL

3661 230 6